

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA	
PROTOCOLO	
DATA	Nº
15/03/18	3079
Recebido por: <i>Natalia</i>	



**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR  
DE MARILIA - FMESM  
MARILIA – ESTADO DE SÃO PAULO**

**EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2017**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE  
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**  
Rua Capitão Souza Franco, 848 – 5º Andar – conjunto 53  
Fone (41) 3029-8516 – Fone (41) 9 9524-1414  
E-mail: [meloauditor@hotmail.com](mailto:meloauditor@hotmail.com) - <http://www.atuarios.com.br> – 80730-420 – CURITIBA - PR



À

**DIRETORIA**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARILIA - FMESM  
MARILIA – ESTADO DE SÃO PAULO**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARILIA - FMESM**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2017** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARILIA – FMESM**, em **31 de dezembro de 2017**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

A nota explicativa nº 1 indica que a FMESM incorreu, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em um déficit de R\$-2.173.957,61 (em 2016 R\$-758.847,14) e

acumulado de R\$-13.041.978,05, e conforme balanço patrimonial encerrado nessa data, o passivo da fundação excedeu o total do ativo em R\$- 3.247.636,01.

Conforme apresentado na nota 1, além desse aspecto existem outras situações que indicam a existência de incerteza relevante, que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da FMESM a longo prazo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

De outro lado existe o fato relevante, que manterá a entidade em pleno funcionamento, desde que os convênios continuem a ser cumpridos e repassados, conforme informação constante das notas explicativas.

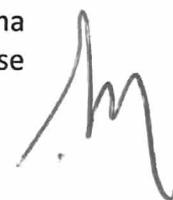
“Levando em conta que para operacionalização da Instituição **FAMEMA** que compreende as áreas de ensino e assistência médica; parte da composição do quadro de pessoal desta instituição encontra-se a cargo da **FMESM**, motivo pelo qual a **FAMAR** vem compartilhando com esta Fundação as despesas incorridas com a gestão dos recursos humanos aplicados nas atividades acadêmicas da Faculdade de Medicina de Marília e no atendimento de pacientes do Hospital das Clínicas e demais unidades assistenciais da **FAMEMA**. Em 2017 houve um repasse de recursos à **FMESM** no montante de R\$ 42.940.254,98 (R\$ 46.836.866,51 em 2016).”

“Além disso, a **FAMEMA** também celebrou convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com a interveniência da **FAMAR**, tendo em vista o compartilhamento com a **FMESM** dos dispêndios da gestão de recursos humanos aplicados na Faculdade de Medicina de Marília para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e assistencial. Em 2017, tal medida propiciou uma recuperação de custos e despesas operacionais de R\$ 37.187.656,38 (R\$ 36.832.748,90 em 2016).”

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

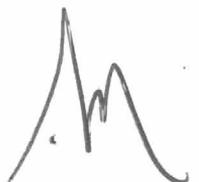
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se



existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

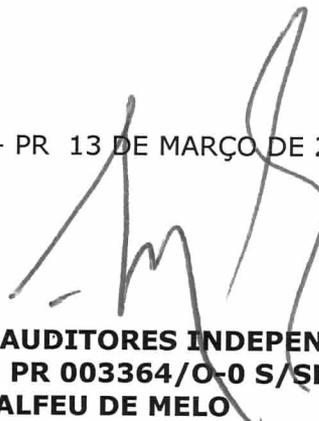
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

### 3 - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente auditados por outros auditores, cujo Relatório sobre as demonstrações contábeis, foi emitido em 20 de março de 2017, sem ressalva.

CURITIBA – PR 13 DE MARÇO DE 2018



**MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CT CRC PR 003364/O-0 S/SP**  
**ALFEU DE MELO**  
**CT CRC PR 003992/O-0 S/SP**



CURITIBA – Pr. 13 DE MARÇO DE 2018

**Aos Administradores e Conselheiros da  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARILIA  
MARILIA - SP**

**Prezados Senhores:**

Examinamos as demonstrações contábeis do **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARILIA**, que compreendem o balanço patrimonial em **31 de dezembro de 2017** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

O nosso relatório de opinião foi emitido na mesma data, em cumprimento das normas contábeis vigentes.

Com relação aos trabalhos realizados apresentamos nossa declaração de independência, na forma exigida pelo Conselho Federal de Contabilidade.

#### **INDEPENDENCIA DO AUDITOR**

Informamos que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e a inexistência de eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, em cumprimento das normas contábeis vigentes.

Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Atenciosamente,

**MELO & MELO AUDITORES INDEPENDENTES  
CTR CPR 003364/O-0 S/SP  
ALFEU DE MELO  
CT CRC PR 003992/O-0 S/SP**

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA**  
**CNPJ 52.052.420/001-15**  
**BALANÇO GERAL PATRIMONIAL**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
**(Em Reais)**

ATIVO	ATIVO		PASSIVO	PASSIVO	
	2017	2016		2017	2016
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades	43.937,36	137.389,33	Fornecedores	14.704,33	72.498,91
Caixa e equivalentes de caixa			Obrigações tributárias retidas	1.137.813,77	1.455.626,53
Convênios A Receber	332.480,08	448.056,99	Encargos sociais	681.877,48	721.946,56
Convênios a receber			Obrigações trabalhistas	3.654.862,06	3.801.116,20
Adiantamentos Diversos			Contas a pagar	297.952,74	319.440,60
Funcionários	1.028.905,64	991.304,29	Provisão para processos judiciais		87.184,39
Outros Valores A Receber			Parcelamentos	721.388,40	343.432,72
Outros		5.377,24	Provisão para férias	3.468.581,66	3.538.641,88
Depósitos e Cauções			<b>Total do Circulante</b>	<b>9.977.180,44</b>	<b>10.339.887,79</b>
Depósitos e cauções	60.286,16	54.659,74			
<b>Total do Circulante</b>	<b>1.465.609,24</b>	<b>1.636.787,59</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
			Parcelamentos	5.667.291,44	4.336.393,60
			Provisão para processos judiciais	2.007.738,26	1.321.460,64
			<b>Total do exigível a longo prazo</b>	<b>7.675.029,70</b>	<b>5.657.854,24</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Imobilizado			<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		
Custo de aquisição	23.192.640,73	23.242.104,08	Reservas		
Depreciação/amortização acumulada	(10.253.675,84)	(9.954.828,04)	Avaliação patrimonial - ICPC 10	6.932.526,64	6.973.464,58
<b>Total do Permanente</b>	<b>12.938.964,89</b>	<b>13.287.276,04</b>	Ganho patrimonial	2.861.815,40	2.861.815,40
			<b>Resultado</b>	(10.868.020,44)	(10.150.111,24)
			Deficit acumulado	(2.173.957,61)	(758.847,14)
			Deficit do exercicio	<b>(3.247.636,01)</b>	<b>(1.073.678,40)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>14.404.574,13</b>	<b>14.924.063,63</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>14.404.574,13</b>	<b>14.924.063,63</b>

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial da entidade, encerrado em 31 de dezembro de 2017, com suas Demonstrações de Resultados do Exercício, bem como do Ativo e Passivo, com respectivos totais de R\$ 14.404.574,13 (Quatorze milhões, quatrocentos e quatro mil, quinhentos e setenta quatro reais e treze centavos).

Ressaltando-se que a responsabilidade do profissional contabilista fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela entidade, que se responsabiliza por sua exatidão e veracidade.

MARCELO JOSE DE ALMEIDA  
 CPF 158.143.178-33  
 Presidente

GISLAINE CALESSO CHEDER BRENE  
 CRC 1SP158020/O-4

JOSE AUGUSTO SGARBI  
 CPF 058.938.048-64  
 Diretor-Tesoureiro





**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA**  
CNPJ 52.052.420/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT (DÉFICIT)**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>RECEITAS HOSPITALARES</b>		
Convênios/Serviços atendimento particular	523.267,57	386.059,74
Convênio FAMAR	42.940.254,98	46.836.866,51
Convênio Santander	33.248,00	31.294,39
	<b>43.496.770,55</b>	<b>47.254.220,64</b>
<b>DESPESAS DIRETAS DOS SERVIÇOS HOSPITALARES</b>		
Pessoal hospitalar	(58.602.464,14)	(60.625.986,01)
Consumo de materiais	-	-
Serviços prestados por terceiros	(179.045,00)	(166.114,00)
	<b>(58.781.509,14)</b>	<b>(60.792.100,01)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DAS ATIVIDADES HOSPITALARES</b>	<b>(15.284.738,59)</b>	<b>(13.537.879,37)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS</b>		
Pessoal administrativo e faculdade	(21.670.334,17)	(21.923.844,03)
Gastos gerais administrativos	(825.265,80)	(983.206,30)
Serviços prestados por terceiros	(562.229,41)	(673.221,81)
Depreciação do exercício	(346.850,17)	(349.391,56)
	<b>(23.404.679,55)</b>	<b>(23.929.663,70)</b>
<b>ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>		
Receitas financeiras.	46.133,49	9.948,62
Despesas financeiras	(1.159.339,51)	(546.298,97)
	<b>(1.113.206,02)</b>	<b>(536.350,35)</b>
<b>OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>		
Doações	-	-
Recuperação de despesas com recursos FAMEMA	37.187.656,38	36.832.748,90
Outras receitas operacionais	441.010,17	412.297,38
	<b>37.628.666,55</b>	<b>37.245.046,28</b>
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>(2.173.957,61)</b>	<b>(758.847,14)</b>

MARCELO JOSÉ DE ALMEIDA  
CPF 158.143.178-33  
Presidente

JOSE AUGUSTO SGARBI  
CPF 058.938.048-64  
Diretor Tesoureiro

GISLAINE CALESSO CHEDER BRENE  
CRC 1SP158020/O-4

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA**  
CNPJ 52.052.420/0001-15

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
Método Indireto  
(Em Reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(2.173.957,61)</b>	<b>(758.847,14)</b>
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa		
Atualização de parcelamentos Água	228.889,19	320.770,65
Depreciação e amortização	346.850,17	349.391,56
Complemento (acrescimo/redução) de provisão para férias	(70.060,22)	(728.090,69)
Processos Judiciais (Trabalhistas e Outros)	686.277,62	494.762,76
Custos de bens patrimoniais baixados	1.460,98	1.502,54
<b>Disponibilidades antes das mutações do capital de giro</b>	<b>(980.539,87)</b>	<b>(320.510,32)</b>
<b>Variações de ativos e passivos circulantes</b>		
Varição de convenios a receber	119.346,91	(33.509,10)
Varição de outros valores a receber	(41.620,53)	48.918,78
	-	-
Varição de fornecedores	(57.794,58)	27.933,64
Varição salarios e obrigações sociais	(186.323,22)	(940.657,20)
Varição obrigações tributárias	(317.812,76)	39.905,61
Varição outras contas a pagar	269.283,43	228.087,33
<b>Disponibilidades liquidas geradas pelas atividades operacionais</b>	<b>(1.195.460,62)</b>	<b>(949.831,26)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	-	-
Construções em andamento	-	-
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Decrécimo do parcelamento a longo prazo - Água	(184.132,44)	(171.813,36)
Decrécimo do parcelamento a longo prazo - Previdenciario	-	(16.066,28)
Acrécimo do parcelamento a longo prazo - FGTS	1.286.141,09	1.144.091,52
<b>Disponibilidades liquidas aplicadas nas atividades de financiamento</b>	<b>1.102.008,65</b>	<b>956.211,88</b>
<b>REDUÇÃO LIQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(93.451,97)</b>	<b>6.380,62</b>
<b>Demonstração da variação líquida das disponibilidades</b>		
Saldo de caixa do exercício corrente	43.937,36	137.389,33
Saldo de caixa do exercício anterior	137.389,33	131.008,71
<b>Varição líquida das disponibilidades</b>	<b>(93.451,97)</b>	<b>6.380,62</b>

Marcelo Jose de Almeida  
CPF 158.143.178-33  
Presidente

José Augusto Sgarbi  
CPF 058.938.048-64  
Diretor Tesoureiro

GISLAINE CALESSO CHEDER BRENE  
CRC 1SP158020/O-4

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA**  
 CNPJ 52.052.420/0001-15  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO**  
**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**  
 (Em Reais)

	Reserva de Avaliação ICPC 10	Reserva de Ganho Patrimonial	Superávit (Déficit) acumulado	Superávit (Déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.014.402,52</b>	<b>2.861.815,40</b>	<b>(10.693.456,27)</b>	<b>502.407,09</b>	<b>(314.831,26)</b>
Transferência do superávit do exercício anterior			502.407,09	(502.407,09)	-
Realização de reserva de avaliação - ICPC 10	(40.937,94)		40.937,94		-
Ganho patrimonial				(758.847,14)	(758.847,14)
Déficit do exercício					-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>6.973.464,58</b>	<b>2.861.815,40</b>	<b>(10.150.111,24)</b>	<b>(758.847,14)</b>	<b>(1.073.678,40)</b>
Transferência do déficit do exercício anterior			(758.847,14)	758.847,14	-
Realização de reserva de avaliação - ICPC 10	(40.937,94)		40.937,94	(2.173.957,61)	(2.173.957,61)
Déficit do exercício					-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>6.932.526,64</b>	<b>2.861.815,40</b>	<b>(10.868.020,44)</b>	<b>(2.173.957,61)</b>	<b>(3.247.636,01)</b>

MARCELO JOSÉ DE ALMEIDA  
 CPF 158.143.178-33  
 Presidente

GISLAINE CALESSO CHEDER BRENE  
 CRC 1SP158020/O-4

JOSÉ AUGUSTO SGARBI  
 CPF 058.938.048-64  
 Diretor Tesoureiro



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016  
(Em Reais)**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A **Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília – FMESM** tem por finalidade promover atividades de ensino na área da saúde, o desenvolvimento científico e tecnológico do sistema de saúde de Marília e região e a gestão dos recursos humanos aplicados no atendimento dos pacientes do Hospital das Clínicas de Marília.

A partir de 2008 as operações com o **SUS** foram absorvidas pela Fundação de Apoio à Faculdade de Medicina de Marília – **FAMAR**, que firmou Convênio com o **SUS** para atendimento médico hospitalar na região de Marília.

Levando em conta que parte do pessoal hospitalar permaneceu na **FMESM**, a **FAMAR** vem compartilhando com esta instituição as despesas incorridas com a gestão dos recursos humanos aplicados no atendimento de pacientes do Hospital das Clínicas de Marília. Em 2017 houve um repasse de recursos R\$ 42.940.254,98 (R\$ 46.836.866,51 em 2016)

Além disso, a **FAMEMA** também celebrou convênio com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, com a interveniência da **FAMAR**, tendo em vista o compartilhamento com a **FMESM** dos dispêndios da gestão dos recursos humanos aplicados no Hospital das Clínicas de Marília. Em 2017, tal medida propiciou uma recuperação de custos e despesas operacionais de R\$ 37.187.656,38 (R\$ 36.832.748,90 em 2016).

Em 2017 a **FMESM** incorreu em um prejuízo de R\$ 2.173.957,61 (R\$ 13.041.978,05 acumulado) e, conforme balanço patrimonial encerrado nessa data, o passivo da fundação excedeu o total do ativo em R\$ 3.247.636,01.

Tal situação decorre do fato de ter havido uma redução das receitas que superou a redução de custos e despesas operacionais e explica o incremental negativo de R\$ 1.415.110,47, ocorrido no exercício de 2017, em relação ao exercício de 2016, quando foi apurado um déficit de R\$ 758.847,14.

A autarquia **HC FAMEMA**, constituída em 2015, pelo governador Geraldo Alckmin, através da Lei Complementar 1.262, ainda não possui funcionários próprios, os quais só poderão ser contratados após a regulamentação das suas atividades e através de concurso público, enquanto isso não ocorrer, a **FMESM** deverá prestar apoio para a

autarquia **HC FAMEMA**, via convênio a ser firmado entre as entidades, cedendo funcionários para atuar no Hospital das Clínicas de Marília.

## **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC**

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), homologados por órgãos reguladores, e especialmente a Resolução CFC 1.429/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidades sem finalidade de lucros.

Em decorrência da entidade não possuir (i) plano de pensão; (ii) ganhos/perdas com ativos disponíveis para venda; (iii) operações de hedge e (iv) ganhos/perdas em conversões monetárias, não será apresentada, neste exercício, a Demonstração do Valor Abrangente.

### **b) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, moeda funcional utilizada para sua elaboração e divulgação.

## **NOTA 3 - RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

São as seguintes as principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis:

### **a) Apuração do resultado**

Os convênios recebidos para prestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais são reconhecidos pelo regime de competência.

### **b) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e o provisionamento de dívidas com processos judiciais e parcelamentos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da entidade revisa tais estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### **c) Caixa e equivalentes de caixa**

São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### **d) Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo valor de custo de aquisição, sendo que os imóveis foram objeto de uma avaliação a nível de mercado em 2010, de acordo com CPC 27 e ICPC 10. A depreciação acumulada foi calculada com base no prazo de vida útil estimado para os prédios e construções, constantes do laudo de avaliação. A partir do exercício de 2011, os imóveis avaliados vem sendo depreciados, em contrapartida do resultado; o respectivo valor está sendo simultaneamente transferido da conta Reserva de Avaliação ICPC 10 para a conta de Superávit (Déficit). Acumulado. Tais imóveis encontram-se nivelados a valor de mercado.

#### **e) Ativos e passivos – circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses.

#### **NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	104,00	134,50
Disponibilidades bancárias	52,43	(648,78)
Aplicações próprias	<u>43.780,93</u>	<u>137.903,61</u>
	<u><b>43.937,36</b></u>	<u><b>137.389,33</b></u>

#### **NOTA 5 - CONVÊNIOS A RECEBER**

Correspondem a saldos de convênios a receber firmados com instituições particulares, em contraprestação de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais realizados pela entidade. Encontram-se provisionados os débitos vencidos até 31/12/2015, cujo recebimento é considerado bastante difícil pela direção da entidade.

	2017	2016
<b>CONVÊNIOS A RECEBER</b>		
UNIMED	137.461,92	137.461,92
CABESP	29.685,45	37.444,99
CASSI	157.112,83	135.068,13
PLANTEL/ABET	3.581,15	3.581,15
CESP	301,53	301,53
ECONOMUS	1.124,87	(950,26)
SABESPREV	( 6.144,92)	( 6.144,92)
AMAFRESP	37,28	37,28
DO HEMOCENTRO	<u>760.177,52</u>	<u>930.640,01</u>
	<b><u>1.083.337,63</u></b>	<b><u>1.237.439,83</u></b>
<b>Menos: Provisão para Créditos Duvidosos</b>		
UNIMED	( 137.461,92)	(137.461,92)
CABESP	( 26.515,89)	(25.233,18)
CASSI	( 119.671,12)	(102.433,71)
PLANTEL/ABET	( 3.581,15)	(1.366,03)
CESP	( 301,14)	(126,43)
ECONOMUS	1.363,17	1.363,18
SABESPREV	6.182,54	6.334,58
AMAFRESP	( 37,28)	(37,28)
DO HEMOCENTRO	<u>( 478.323,76)</u>	<u>(534.141,05)</u>
	<b><u>( 758.346,55)</u></b>	<b><u>(793.101,84)</u></b>
	324.991,08	444.337,99
<b>OUTROS VALORES A RECEBER</b>	<u>7.489,00</u>	<u>3.719,00</u>
	<b><u>332.480,08</u></b>	<b><u>448.056,99</u></b>

## NOTA 6 - ISENÇÃO FISCAL

Sendo uma entidade de direito público, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter filantrópico, a **FMESM** está isenta do recolhimento da contribuição patronal - INSS, da COFINS e do IRPJ e CSLL sobre o resultado, cujos valores apurados, se devidos fossem, são os demonstrados a seguir:

<u>Imposto</u>	<u>Base de Cálculo</u>	<u>Valor da Isenção</u>
COFINS 3%	651.329,91	19.539,90
INSS Patronal - Folha 27,8%	71.444.544,44	19.861.583,35
INSS Patronal - Terceiros 20%	217.417,00	43.483,40

## NOTA 7 - PROCESSOS JUDICIAIS



Em 31 de dezembro de 2017 existiam os seguintes processos judiciais em andamento, aos cuidados da área jurídica da **FMESM**, foi estimada a ocorrência de perdas prováveis, o que determinou a constituição, na data do balanço, de provisão para contingências no montante de R\$ 2.007.738,26.

<b>NATUREZA DO PROCESSO</b>	<b>PROBABILIDADE DE EXITO PROVÁVEL</b>
EXECUÇÃO FISCAL	327.976,23
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	1.677.823,53
CONSUMIDOR - INDENIZAÇÃO POR DANOS	1.938,50
<b>TOTAL</b>	<b>2.007.738,26</b>

#### **NOTA 8 - BENEFÍCIOS**

A entidade mantém, através do Setor de Benefícios da Divisão de Recursos Humanos do Complexo **FAMEMA**, um Centro de Convivência Infantil, através do qual vem prestando atenção especial aos filhos dos funcionários da **FMESM**, na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses.

#### **NOTA 9 - TRABALHOS VOLUNTÁRIOS**

A instituição mantém atividades realizadas por voluntários que tem interesse em colaborar com as atividades do Complexo **FAMEMA**, sem percepção de ganhos financeiros.

Os dirigentes e conselheiros da **FMESM** não percebem rendimentos no desempenho de suas funções, conforme dispõe a legislação aplicável a sociedades sem fins lucrativos.

## NOTA 12 - IMOBILIZADO – DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO ACUMULADA

	2.016	Baixas	Doações	Compras	Depreciação/ Amortização	2.017
<b>DEPRECIÇÃO ACUMULADA</b>						
Prédios e construções	(161.019,80)				(29.580,04)	(190.599,84)
Prédios e construções - ICPC 10	(245.627,64)				(40.937,94)	(286.565,58)
Equipamento hospitalares	(3.015.598,90)	7.716,27			(76.970,07)	(3.084.852,70)
Equipamento didáticos/pedagógicos	(202.842,47)				(193,52)	(203.035,99)
Movéis e utensílios	(1.321.355,70)	3.942,32			(14.687,14)	(1.332.100,52)
Maquinas e equipamentos	(578.074,37)	35.536,78			(5.651,40)	(548.188,99)
Livros revistas técnicas	(673.957,55)				(3.275,90)	(677.233,45)
Veículos - ambulâncias	(143.639,76)					(143.639,76)
Veículos - utilitários	(463.800,70)					(463.800,70)
Ferramentas	(20.675,27)					(20.675,27)
Computadores e informática	(770.349,32)	807,00			(1,52)	(769.543,84)
	<b>(7.596.941,48)</b>	<b>48.002,37</b>			<b>(171.297,53)</b>	<b>(7.720.236,64)</b>
<b>AMORTIZAÇÃO ACUMULADA</b>						
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.229.705,47)				(175.552,64)	(2.405.258,11)
Benfeitorias em equipamentos de terceiros	(128.181,09)					(128.181,09)
	<b>(2.357.886,56)</b>				<b>(175.552,64)</b>	<b>(2.533.439,20)</b>
<b>TOTAL DA DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(9.954.828,04)</b>	<b>48.002,37</b>			<b>(346.850,17)</b>	<b>10.253.675,84)</b>



[Handwritten signature]

## NOTA 11 - IMOBILIZADO – CUSTO DE AQUISIÇÃO

	2.016	Baixas	Doações	Compras	Depreciação/ Amortização	2.017
<b>CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>						
<b>Imóveis</b>						
Edifícios	1.175.065,29					1.175.065,29
Terrenos	2.874.996,49					2.874.996,49
Terrenos - avaliação ICPC-10	5.428.116,51					5.428.116,51
Prédios / construções avaliação ICPC-10	1.790.975,71					1.790.975,71
	<b>11.269.154,00</b>					<b>11.269.154,00</b>
<b>Bens moveis</b>						
Equipamentos hospitalares	3.227.672,15	( 9.177,25)				3.218.494,90
Equipamentos Didáticos/Pedagógicos	203.134,08					203.134,08
Movéis e utensílios	1.349.886,29	( 3.942,32)				1.345.943,97
Maquinas e equipamentos	589.689,78	(35.536,78)				554.153,00
Livros revistas técnicas	687.103,88					687.103,88
Veículos e ambulâncias	143.639,76					143.639,76
Veículos utilitários	463.800,70					463.800,70
Ferramentas	20.675,27					20.675,27
Computadores e informática	770.350,84	( 807,00)				769.543,84
	<b>7.455.952,75</b>	<b>( 49.463,35)</b>				<b>7.406.489,40</b>
<b>Benefitorias</b>						
Benefitorias em imóveis de terceiros	4.388.816,24					4.388.816,24
Benefitorias em equipamento de terceiros	128.181,09					128.181,09
	<b>4.516.997,33</b>					<b>4.516.997,33</b>
<b>TOTAL DO CUSTO DE AQUISIÇÃO</b>	<b>23.242.104,08</b>	<b>( 49.463,35)</b>				<b>23.192.640,73</b>



**NOTA 10 - PARCELAMENTOS**

	Saldo em 31/12/2015	Novos Parcelamentos	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2016	Curto Prazo	Longo Prazo
<b>PARCELAMENTO</b>							
Previdenciário	64.265,12		(48.198,84)	1.576,12	17.642,40	17.642,40	
Água	3.198.775,63		(171.813,36)	337.153,17	3.364.115,44	171.813,36	3.192.302,08
A Receber - FAMEMA		1.531.184,04	(246.255,28)	184.953,08	1.469.881,84	325.790,32	1.144.091,52
FGTS	3.263.040,75	1.531.184,04	(466.267,48)	523.682,37	4.851.639,68	343.432,72	4.336.393,60

	Saldo em 31/12/2016	Novos Parcelamentos	Pagamentos	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2017	Curto Prazo	Longo Prazo
<b>PARCELAMENTO</b>							
Previdenciário	17.642,40		(17.642,40)				
Água	3.364.115,44		(184.132,44)	241.208,27	3.421.191,27	184.132,44	3.237.058,83
A Receber - FAMEMA		1.658.187,90	(343.594,52)	367.145,79	3.151.621,01	721.388,40	2.430.232,61
FGTS	4.851.639,68	1.658.187,90	(545.369,36)	608.354,06	6.572.812,28	721.388,40	5.667.291,44



*M*



*M*

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Senhores:

Servimo-nos do presente para apresentar alguns comentários sobre o resultado do exercício de 2017 e sobre planos futuros previstos para esta entidade.

**RESULTADO DO EXERCÍCIO CORRENTE**

No exercício de 2017 foi o seguinte o nível de atendimentos hospitalares realizados:

<u>Atendimentos</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços hospitalares – Convênios	91	116
Serviços hospitalares – Particulares	104	30
<b>Total de atendimentos hospitalares</b>	<b>195</b>	<b>146</b>

Em decorrência desses atendimentos efetuados, apresentamos a evolução do nível de receita da instituição (em R\$000):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Receitas hospitalares</b>		
Serviços hospitalares – Particulares e Diversos	523	386
Convênio FAMAR	42.940	46.837
Convênio Santander	33	31
<b>Valor líquido das receitas hospitalares</b>	<b>43.496</b>	<b>47.254</b>

No exercício de 2017, em termos dos custos incorridos para a geração das receitas da instituição, temos a seguinte evolução (em R\$000):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Custos operacionais diretos</b>		
Salários e adicionais	58.602	60.626
Consumo de materiais	-	-
Serviços prestados por terceiros	179	166
<b>Total dos custos operacionais diretos</b>	<b>58.781</b>	<b>60.792</b>

Por último, no exercício de 2017 a **Fumes** apresentou déficit líquido no exercício, a partir da margem de contribuição das suas atividades hospitalares, com a seguinte evolução (em R\$000):

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Margem de contribuição das atividades hospitalares</b>	<b>(15.285)</b>	<b>(13.538)</b>
Menos: custo com pessoal da administração e faculdade	(21.670)	(21.924)
Menos: gastos gerais administrativos	(825)	(983)
Menos: serviços prestados por terceiros	(562)	(673)
Menos: depreciação	(347)	(349)
Menos: encargos financeiros líquidos	(1.113)	(536)
<b>Déficit bruto</b>	<b>(39.802)</b>	<b>(38.003)</b>
Mais: outras receitas e despesas diversas.	37.628	37.245
<b>Déficit líquido do exercício</b>	<b>(2.174)</b>	<b>(758)</b>

O déficit ocorrido no exercício de 2017 é explicado, basicamente, pela redução das receitas hospitalares conveniadas com a **FAMAR** e outra



redução dos recursos recebidos da **FAMEMA**, ambas utilizadas para a recuperação de custos e despesas com recursos humanos, no valor de **R\$ 3.542 mil.**

Por outro lado, houve, também, uma redução de custos e despesas com pessoal hospitalar e administrativo, no valor de **R\$ 2.278 mil.**

Como se pode ver, em 2017 acabou ocorrendo uma redução a maior das receitas em relação às despesas, no valor de **R\$ 1.264 mil**, demonstrado no quadro abaixo:

	<u>2017</u>	<u>2.016</u>	<u>Varição</u>
Receitas FAMAR /FAMEMA	80.127	83.669	(3.542)
Gastos com pessoal :			
Área hospitalar	(58.602)	(60.625)	2.024
Área administrativa	(21.670)	(21.923)	254
	<u>(145)</u>	<u>1.119</u>	<u>(1.264)</u>

## PLANOS FUTUROS

A Fundação Municipal de Ensino Superior de Marília (FMESM), com sede na Rua Aziz Atallah, s/nº, Bairro Fragata, Marília (SP), CNPJ 52.052.420/0001-15, foi criada pela Lei Municipal nº 1.371, de 22 de dezembro de 1966, com a finalidade de organizar, instalar e manter a Faculdade de Medicina de Marília.

Em 1994, com fundamento na Lei Estadual nº 8.898, de 27 de setembro, os cursos de medicina e enfermagem, então mantidos pela **FUMES**, foram assumidos pelo Estado de São Paulo com a criação da **FAMEMA**, autarquia de regime especial. Em 2006 foi criada a autarquia **HC FAMEMA** porém a medida que o quadro de pessoal não foi criado nas autarquias, coube a **FUMES**, suprir o funcionamento destas duas autarquias para viabilizar seu funcionamento.

Os cargos e funções que compõe o Quadro de Pessoal da **FUMES** são, em sua totalidade, voltados ao atendimento das necessidades de pessoal da **FAMEMA** e/ou do **HC FAMEMA**, ou seja, o ensino e a

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE MARÍLIA  
CNPJ 52.052.420/001-15

---



pesquisa e à prestação de serviços de assistência à saúde, respectivamente.

Atualmente e diante das questões trabalhistas e legais criou-se em 2017, grupo de trabalho na Secretaria de Ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico composto pelos integrantes da autarquia **HC FAMEMA, FAMEMA, FUMES e a Secretaria** citada bem como a da Saúde no sentido de se pensar em soluções administrativas e financeiras para a **FUMES** para sua reorganização.

Desta forma a continuidade operacional da **FUMES** é fundamental na medida em que esta fundação é responsável pela manutenção dos funcionários na **FAMEMA** e no **HC FAMEMA**, sendo responsável pela formação dos médicos e enfermeiros que se formam em uma das mais conceituadas Faculdades do país e na assistência do HC a 62 municípios da região.

Até a ação efetiva do Estado de São Paulo na criação dos quadros autárquicos este é o objetivo fundamental da **FUMES**.

Marília, 09 de março de 2018.

**Marcelo José de Almeida**  
Diretor Presidente

**José Augusto Sgarbi**  
Diretor Tesoureiro